



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

site para realização do pregão eletrônico: www.licitanet.com.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização e refrigeração, compreendendo aparelhos de ar-condicionado tipo split, geladeiras, frigobares e bebedouro, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, substituição de peças e execução eventual de serviços de remoção, instalação e infraestrutura básica necessária à instalação dos aparelhos de ar-condicionado, nas dependências da Câmara Municipal de Cabo Frio e seus anexos administrativos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$226.620,00 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e vinte reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/06/2026 às 10:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO, por intermédio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 036/2025, torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço global, de acordo com a Lei Federal nº14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

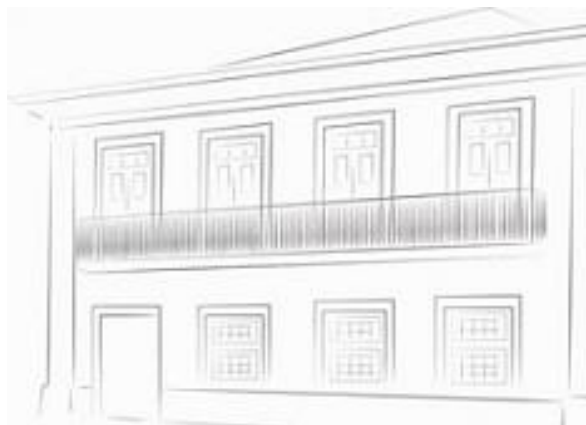
ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO
5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS





7. INVERSÃO DE FASES
8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
9. HABILITAÇÃO
10. APRESENTAÇÃO, SIGILO E ABERTURA DAS PROPOSTAS
11. FORMULAÇÃO DE LANCES
12. NEGOCIAÇÃO
13. ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL
15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
16. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
18. EXTINÇÃO / RESCISÃO CONTRATUAL
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
20. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
21. DILIGÊNCIAS E SANEAMENTO
22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
23. INSTRUMENTO CONTRATUAL
24. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
25. EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
27. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
28. DISPOSIÇÕES GERAIS
29. ANEXOS





MINUTA EDITAL

1. PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Cabo Frio - RJ, por intermédio de seu Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 036/2025, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global, modo de disputa aberto, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização e refrigeração, compreendendo aparelhos de ar-condicionado tipo split, geladeiras, frigobares e bebedouro, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, substituição de peças e execução eventual de serviços de remoção, instalação e infraestrutura básica necessária à instalação dos aparelhos de ar-condicionado, nas dependências da Câmara Municipal de Cabo Frio e seus anexos administrativos, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.1. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços, a contratação será realizada em lote único, vedado o fracionamento do objeto.

1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, nos endereços eletrônicos: <https://cabofrio.legislativomunicipal.com/portalcompras> ; <https://www.licitanet.com.br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

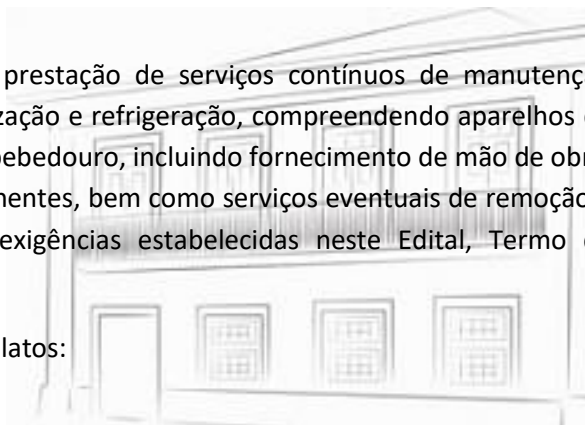
LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 01/06/2026 às 09:59 horas.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 01/06/2026 às 10:00 horas.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização e refrigeração, compreendendo aparelhos de ar-condicionado tipo split, geladeiras, frigobares e bebedouro, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, substituição de peças e componentes, bem como serviços eventuais de remoção e instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.2. Integram o objeto, dentre outros serviços correlatos:





- I – manutenção preventiva periódica;
- II – manutenção corretiva sob demanda;
- III – emissão de relatórios técnicos;
- IV – substituição de peças;
- V – execução do PMOC, quando aplicável;
- VI – instalação e remoção de equipamentos;
- VII – testes operacionais e liberação para uso.

3. DO VALOR ESTIMADO

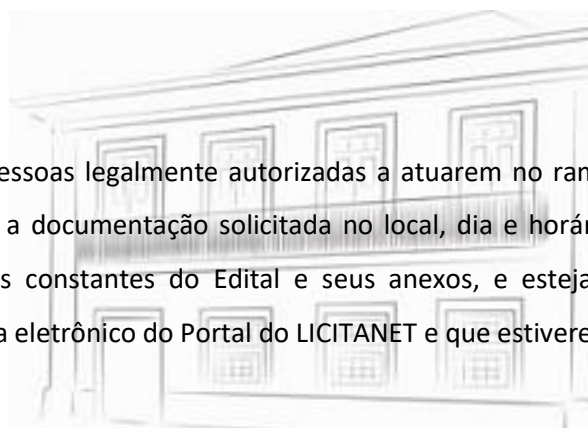
- 3.1. O valor estimado da contratação é de R\$226.620,00 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e vinte reais), apurado mediante pesquisa de mercado realizada conforme IN SEGES/ME nº 65/2021.
- 3.2. As despesas correrão à conta da seguinte dotação: Elemento: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte: 1500 Exercício: 2026.
- 3.3. Será adotado o menor preço global, uma vez que os serviços são interdependentes, a execução exige coordenação única e o fracionamento comprometeria eficiência.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1. Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta e que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados, que atendam a todas as exigências constantes do Edital e seus anexos, e estejam devidamente credenciadas para acesso ao sistema eletrônico do Portal do LICITANET e que estiverem





previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

5.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

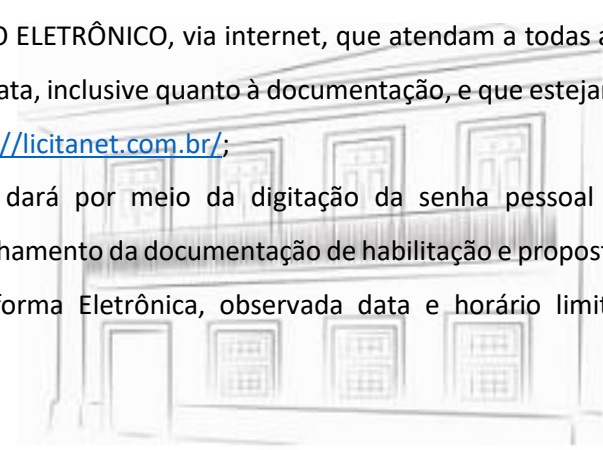
5.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA;

5.5. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA;

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021;

5.7. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

5.7.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.





5.7.1.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

AVULSO	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

5.7.1.2. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no Acórdão 2154/2023 Plenário TCU que admitiu a cobrança de valores pelo uso e manutenção das plataformas, desde que razoáveis e que seja oferecida a possibilidade de pagamento por participação em licitação única,

5.7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

5.7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Câmara Municipal de Cabo Frio, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

5.7.4. Os Licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

5.8. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, interessadas enquadradas nos casos a seguir:

5.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.8.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.8.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.8.3.1. O impedimento de que trata o último item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela



aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.8.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.8.7.1. A vedação de que trata o último item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.8.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não atendam as normas estabelecidas pelo Art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.;

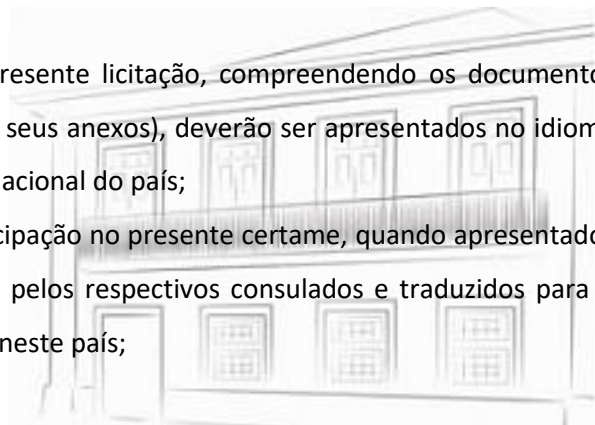
5.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.9. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

5.9.1. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

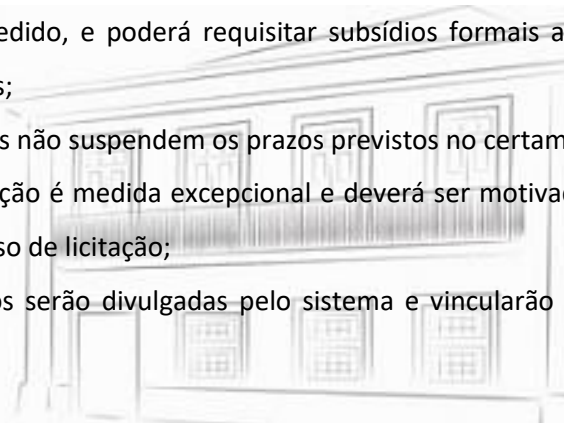




- 5.9.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;
- 5.9.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;
- 5.9.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- 5.9.5. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Agente de Contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;
- 6.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/, em campo específico.
- 6.3. Caberá à Agente de Contratação, auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03(três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Agente de Contratação(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;
- 6.6. O(a) Agente de Contratação(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;
- 6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 6.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) agente de contratação, nos autos do processo de licitação;
- 6.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.





7. DA INVERSÃO DE FASES

7.1. Na presente licitação será adotada a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.

7.2. A adoção da inversão de fases decorre da necessidade de verificar previamente a capacidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica das licitantes, considerando a natureza continuada do objeto, a exigência de responsável técnico habilitado, a elaboração e execução de PMOC, a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização e refrigeração, bem como a substituição de peças e componentes com controle técnico e financeiro.

7.3. Assim, somente participarão da fase de apresentação de propostas e lances as licitantes previamente habilitadas, após análise da documentação exigida neste edital.

7.4. A inabilitação da licitante impedirá sua participação nas fases subsequentes do certame, sem prejuízo do direito à interposição de recurso nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste edital.

7.5. Encerrada a fase de habilitação, serão abertas as propostas das licitantes habilitadas, prosseguindo com a fase competitiva de lances, julgamento, negociação, aceitabilidade da proposta vencedora, adjudicação e homologação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1. Em razão da inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário designados para abertura da sessão pública, toda a documentação de habilitação exigida neste edital.

8.2. Os documentos deverão ser anexados em formato digital legível, preferencialmente em arquivo único ou organizados por pastas.

8.3. A ausência de documento exigido poderá ensejar inabilitação, ressalvada a hipótese de diligência legalmente admitida.

8.4. As propostas comerciais permanecerão sigilosas até o encerramento da fase de habilitação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será processada previamente à abertura das propostas.

9.2. Serão analisados:

I – habilitação jurídica;

II – regularidade fiscal, social e trabalhista;

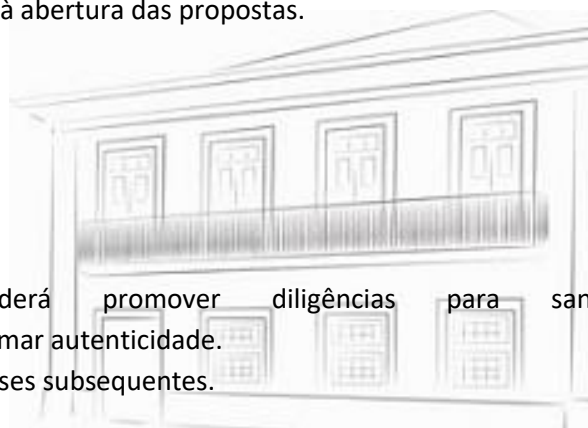
III – qualificação econômico-financeira;

IV – qualificação técnica;

V – demais exigências previstas no edital.

9.3. O Agente de Contratação poderá promover diligências para sanar falhas formais, complementar informações e confirmar autenticidade.

9.4. A licitante inabilitada não participará das fases subsequentes.





9.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.6. Será realizada Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica para coleta de informações relativa à razão social da Pessoa Jurídica a ser extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

9.6.1. A referida consulta se dará como condição prévia ao exame da documentação de habilitação;

9.6.2. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica cumpre o objetivo de verificação quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

9.6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

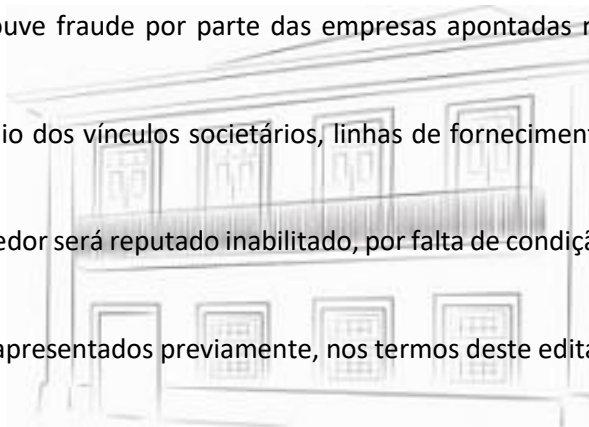
9.6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.6.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6.2.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados previamente, nos termos deste edital.





9.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste.

9.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.12. Após a fase de habilitação será aberto prazo para manifestação de intenção de recurso, conforme item 15.

9.13. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.13.1. Será realizada pelo(a) Agente de Contratação (a) e equipe a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica para coleta de informações relativa à razão social da Pessoa Jurídica a ser extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

9.13.1.1. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica cumpre o objetivo de verificação quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

9.13.1.2. A consulta será dada no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> que consolida o resultado dos seguintes cadastros:

9.13.1.2.1. Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

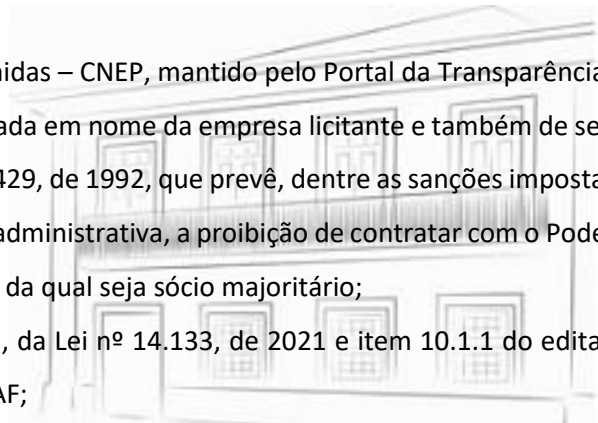
9.13.1.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pelo Portal da Transparência;

9.13.1.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

9.13.1.2.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pelo Portal da Transparência;

9.13.1.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.13.2. Conforme recomendação do §4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021 e item 10.1.1 do edital, será verificado o cadastro da empresa junto ao SICAF;





9.13.3. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente pelo sistema, nos termos deste edital, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA nos itens a seguir, para fins de habilitação o ATO CONSTITUTIVO, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores:

9.13.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

9.13.3.2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e todas as alterações em vigor ou a consolidação, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

9.13.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

9.13.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.13.3.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

9.13.3.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

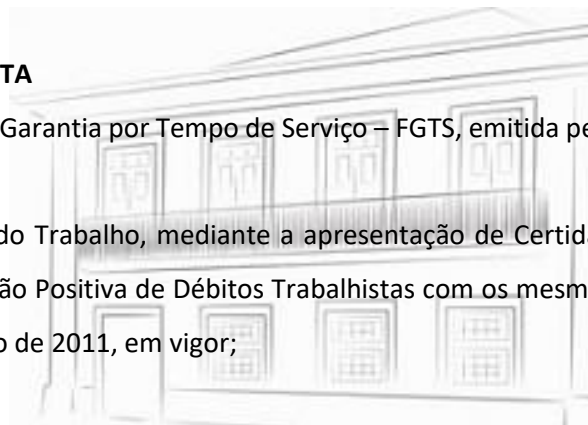
9.14. Prova de Inscrição no CNPJ, o documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data da abertura da sessão pública.

9.15. Documento de identificação com foto e CPF de todos os sócios que componham a referida empresa.

9.16. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.16.1. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

9.16.2. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;





9.16.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

9.16.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

9.16.4.1. Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

9.16.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

9.16.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

9.17.1. Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data para abertura da sessão pública; as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

9.17.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação, conforme súmula 287/2018 do TCE-RJ.

9.18. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis, extraído do Livro Diário, apresentado na forma da lei, acompanhado do termo de abertura e fechamento, devidamente registrado no órgão competente (termos e demonstrações), vedada a sua



substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, cujos valores permitam o cálculo do índice de liquidez geral, que não poderá ser inferior a 01 (um), calculado pela fórmula a seguir:

9.19. Para fins de habilitação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes deverão apresentar os índices contábeis do último exercício social, já exigível e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

9.19.1. Os referidos índices contábeis:

- **Índice de Liquidez Geral (LG):** $[LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})]$
Valor mínimo exigido: $\geq 1,0$
- **Índice de Liquidez Corrente (LC):** $[LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}]$
Valor mínimo exigido: $\geq 1,0$
- **Índice de Solvência Geral (SG):** $[SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}]$
Valor mínimo exigido: $\geq 1,0$

Observação: O referido o cálculo dos índices, deverão ser apresentados devidamente assinados pelo profissional responsável.

9.20. No caso de empresa constituída no exercício social vigente/ em curso, admitir-se-á a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade (“balanço de abertura” ou “balanço intermediário”);

9.21. De forma complementar a proponente que no índice referido no seu balanço patrimonial obtenha resultado igual ou inferior a 01(um), deverá comprovar sua qualificação econômica financeira ao demonstrar junto ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, que possui um patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.22. No caso de Microempresa -ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP será verificado nos balanços apresentados se as mesmas extrapolaram, no ano-exercício, o limite de faturamento admitido pela Lei Complementar nº123/2006 para fins de enquadramento, se constatada extrapolação por parte da licitante, o Agente de Contratação irá convocá-la para apresentar justificativa, sob pena responsabilização.

9.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.23.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão demonstrar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente contratação, mediante a apresentação dos documentos e comprovações previstos neste item.



9.23.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, natureza, vulto e complexidade com o objeto licitado, envolvendo, no mínimo, atividades relacionadas à manutenção preventiva e/ou corretiva de sistemas de climatização, refrigeração, aparelhos de ar-condicionado, geladeiras, frigobares, bebedouros ou equipamentos equivalentes.

9.23.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que os documentos apresentados evidenciem a aptidão da licitante para execução integrada do objeto e guardem pertinência com os serviços pretendidos.

9.23.4. Os atestados apresentados deverão conter, sempre que possível:

- I – identificação da pessoa jurídica emitente;
- II – identificação da contratada executora dos serviços;
- III – descrição dos serviços executados;
- IV – período de execução;
- V – manifestação quanto ao cumprimento satisfatório das obrigações assumidas;
- VI – nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.

9.23.5. A Administração poderá promover diligência para verificar a autenticidade dos atestados apresentados, inclusive mediante contato com os emitentes, consultas públicas, solicitação de documentos complementares ou outros meios legalmente admitidos.

9.23.6. A licitante deverá comprovar possuir registro ou inscrição regular da pessoa jurídica junto ao CREA, CFT ou conselho profissional competente, compatível com a natureza dos serviços licitados, dentro do prazo de validade.

9.23.6.1. A exigência de registro da pessoa jurídica justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada permaneça regularmente vinculada a responsável técnico habilitado durante toda a execução contratual, garantindo supervisão técnica contínua, responsabilidade profissional pelas atividades executadas, rastreabilidade técnica dos serviços prestados e observância das normas profissionais aplicáveis ao objeto contratado.

9.23.6.2. A comprovação de registro da pessoa jurídica não restringe a competitividade do certame, sendo admitidos registros perante o CREA, CFT ou conselho profissional competente, conforme as atribuições legais compatíveis com as atividades abrangidas pela contratação.

9.23.7. A licitante deverá apresentar comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, atestado técnico registrado, certidão, anotação ou documento equivalente emitido ou averbado no órgão profissional competente, em nome de profissional legalmente habilitado, que demonstre experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

9.23.8. O profissional indicado para fins de comprovação técnico-profissional deverá possuir formação e habilitação compatíveis com as atividades contratadas, bem como registro regular e ativo no respectivo conselho de classe.

9.23.9. A comprovação do vínculo entre o profissional indicado e a licitante poderá ser realizada por qualquer meio juridicamente idôneo, inclusive:



- I – contrato social, quando sócio;
- II – registro em CTPS;
- III – ficha de empregado;
- IV – contrato de prestação de serviços;
- V – contrato de parceria técnica;
- VI – declaração de futura vinculação acompanhada de anuência do profissional, quando admitida pela legislação.

9.24. A substituição do profissional responsável técnico durante a execução contratual somente poderá ocorrer mediante prévia anuência da Administração e desde que o substituto possua qualificação igual ou superior à anteriormente comprovada.

9.24.1. Quando cabível em razão da legislação aplicável ao objeto, a contratada deverá apresentar, no momento da assinatura contratual ou no início da execução, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou documento equivalente relativo aos serviços sujeitos à responsabilidade técnica.

9.24.2. Os documentos emitidos por meio eletrônico, sujeitos à verificação pública de autenticidade, poderão ser validados diretamente pela Administração nos respectivos sítios oficiais.

9.24.3. A documentação de qualificação técnica que apresentar falhas meramente formais, omissões sanáveis ou dúvida objetiva quanto ao conteúdo poderá ser objeto de diligência, vedada a inclusão posterior de documento novo destinado a suprir ausência de comprovação de condição preexistente.

9.24.4. A inobservância das exigências de qualificação técnica ou a constatação de falsidade documental sujeitará a licitante às penalidades legais cabíveis, sem prejuízo da inabilitação no certame.

9.25. DA VISITA TÉCNICA

9.25.1. A visita técnica aos locais de execução dos serviços será facultativa, destinada ao conhecimento prévio das condições físicas, operacionais e de acesso às unidades da Câmara Municipal de Cabo Frio.

9.25.2. A licitante interessada poderá realizar agendamento prévio junto ao setor competente, em dias úteis e horário comercial, até o último dia útil anterior à sessão pública, através do telefone (22) 3031-9469 ramal 225.

9.25.3. A não realização da visita técnica não poderá ser invocada posteriormente como justificativa para desconhecimento das condições locais, erro de dimensionamento, necessidade de aditivos ou descumprimento contratual.

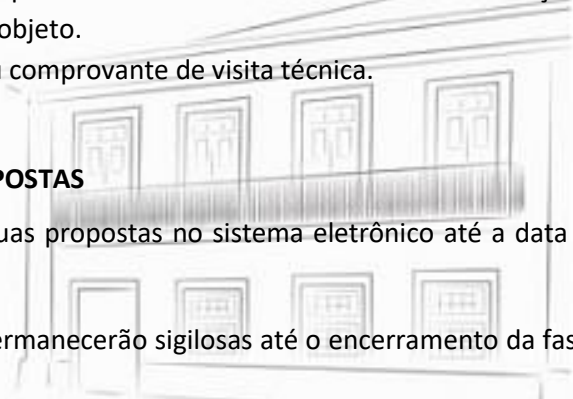
9.25.4. A licitante que optar por não realizar a visita presume-se conhecedora de todas as condições necessárias à formulação da proposta e execução do objeto.

9.25.5. Quando realizada, será emitida declaração ou comprovante de visita técnica.

10. APRESENTAÇÃO, SIGILO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

10.1. As licitantes deverão cadastrar previamente suas propostas no sistema eletrônico até a data e horário designados para a sessão pública.

10.2. Em razão da inversão de fases, as propostas permanecerão sigilosas até o encerramento da fase de habilitação.





10.3. Encerrada a habilitação, o sistema promoverá a abertura automática das propostas das licitantes habilitadas.

10.4. Somente participarão da etapa de lances as licitantes previamente habilitadas.

10.5. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive tributos, encargos, materiais, deslocamentos, ferramentas, equipamentos e demais despesas incidentes.

10.6. O valor ofertado compreenderá, ainda, o fornecimento de peças e componentes, observados os limites mensais estimados constantes do Termo de Referência.

10.7. Não poderá constar identificação da licitante em campo vedado pelo sistema, sob pena de desclassificação.

10.8. Após a abertura das propostas, o Agente de Contratação realizará análise preliminar de conformidade, podendo desclassificar aquelas incompatíveis com o edital.

10.9. As propostas classificadas seguirão para a etapa competitiva de lances.

10.10. A validade mínima da proposta será de 60 (sessenta) dias.

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Somente as licitantes habilitadas poderão ofertar lances.

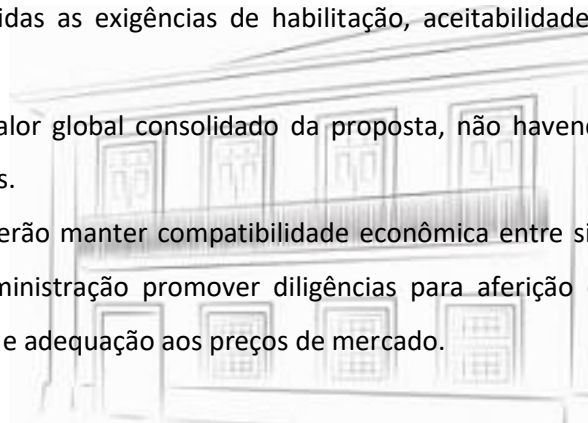
11.1.1. O modo de disputa permanecerá aberto, nos termos do edital.

11.1.2. Embora o critério de julgamento da presente licitação seja o MENOR PREÇO GLOBAL, os lances serão ofertados individualmente por item, por meio do sistema eletrônico, observando-se que todos os itens compõem lote único e indivisível para fins de classificação, julgamento, adjudicação e futura contratação.

11.1.2.1. O sistema eletrônico promoverá a disputa individualizada dos itens integrantes da planilha de composição de custos, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar o menor valor global resultante da soma dos itens, atendidas as exigências de habilitação, aceitabilidade e exequibilidade previstas neste Edital.

11.1.2.2. A classificação final observará o valor global consolidado da proposta, não havendo adjudicação ou contratação parcial de itens isolados.

11.1.2.3. Os valores unitários ofertados deverão manter compatibilidade econômica entre si e com o valor global apresentado, podendo a Administração promover diligências para aferição da exequibilidade, coerência da composição de custos e adequação aos preços de mercado.





11.1.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

11.2. A abertura e fechamento da fase de lances “via internet”, será feito pela Agente de Contratação.

11.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

11.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, e também lances cujos valores forem superiores ao último lance do concorrente que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica – LANCE INTERMEDIÁRIO;

11.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser igual a **R\$100,00 (cem reais)**.

11.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

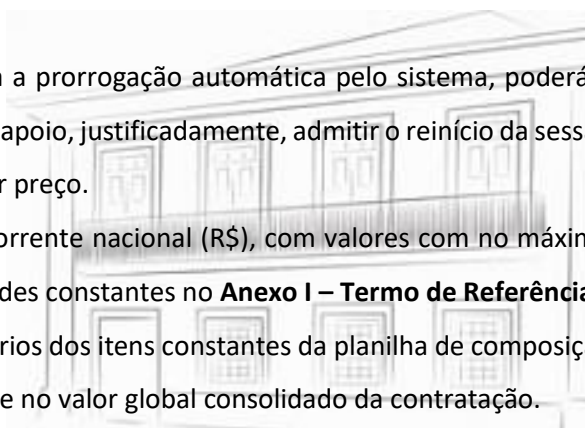
11.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.7.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.8. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo I – Termo de Referência**.

11.9. Os lances deverão observar os valores unitários dos itens constantes da planilha de composição da proposta, sendo o julgamento realizado com base no valor global consolidado da contratação.





11.10. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Agente de Contratação, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.11. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

11.12. Considerando que o sistema permite a comunicação com a Agente de Contratação no chat, as empresas que porventura errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar o cancelamento do lance. Contudo, caso a Agente de Contratação detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

11.13. A regra disposta no item acima será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso a licitante solicite o cancelamento do seu lance e não for caracterizado erro de digitação, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, a Agente de Contratação estará desobrigado de cancelar o lance, devendo a licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado, e em caso de desistência do lance serão aplicadas as penalidades pertinentes.

11.14. No caso de desconexão com a Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

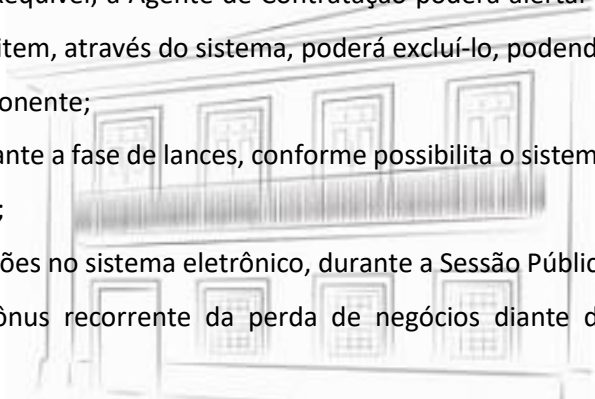
11.14.1. A Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.14.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site www.licitanet.com.br.

11.15. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a Agente de Contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, poderá excluí-lo, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

11.16. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

11.17. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da





inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

11.18. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço, por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

11.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

11.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

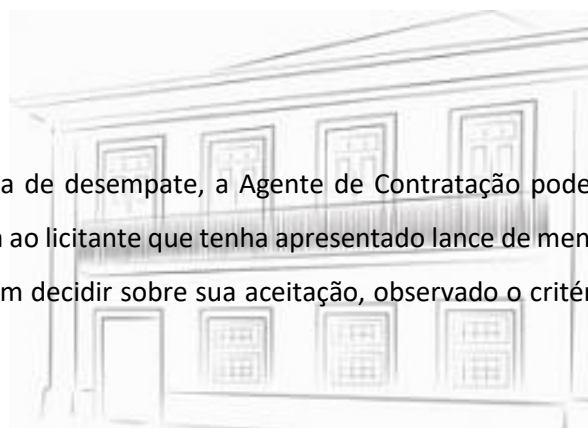
11.19.2.2. Empresas brasileiras;

11.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. **DA NEGOCIAÇÃO**

12.1. Após a etapa de lances e superada a etapa de desempate, a Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento adotado.





12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo aceitas as propostas que ficarem dentro do preço de referência ou em patamar aceitável dentro dos preços de mercado.

12.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. Encerrada a etapa de negociação, a Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços unitários e global em relação aos valores estimados da contratação.

13.1.1. Os documentos de habilitação já examinados permanecerão disponíveis no sistema, e a proposta será analisada após os lances.

13.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo estimado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Agente de Contratação, que comprove:

13.3.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

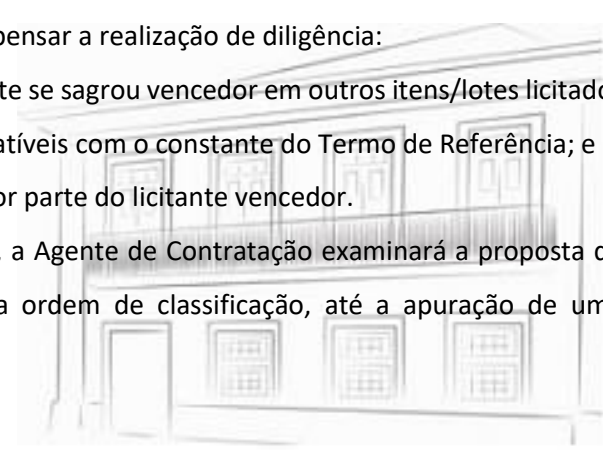
13.3.2. . inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

13.3.3. Nos casos em que for identificado que o licitante vencedor apresenta preço no patamar de que trata o caput, a Agente de Contratação poderá dispensar a realização de diligência:

13.3.3.1. Caso verifique que o mesmo licitante se sagrou vencedor em outros itens/lotos licitados e que em tais itens/lotos apresentou preços compatíveis com o constante do Termo de Referência; e

13.3.3.2. Que há possível ganho de escala por parte do licitante vencedor.

13.4. Se a proposta de preços não for aceitável, a Agente de Contratação examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;





13.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

13.6. Caso necessário, a Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema (**HABILITANET**), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Agente de Contratação.

13.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características da solução técnica ofertada, metodologia de execução, equipe técnica, materiais, peças, equipamentos e demais elementos necessários à execução do objeto, tais como modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, ou outro que a Agente de Contratação achar necessário, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio nos prazos indicados pela Agente de Contratação, o não atendimento pode resultar a não aceitação da proposta.

13.8. Nos casos em que a Agente de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

13.9. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.9.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Agente de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

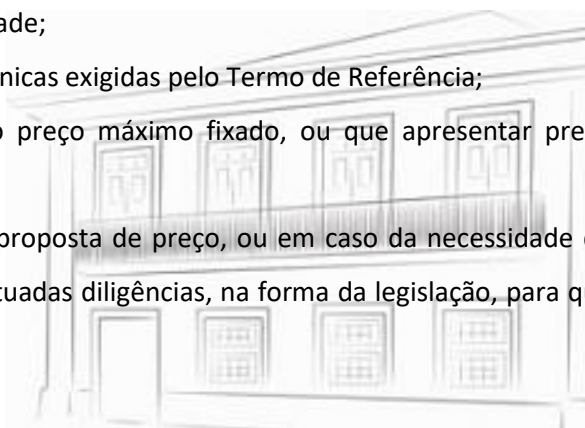
13.10. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

13.10.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

13.10.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

13.10.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma da legislação, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.





13.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

13.13. Havendo necessidade, a Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.14. Atendidas as especificações do edital, estando regularmente habilitada na fase própria e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Agente de Contratação declarará a empresa vencedora.

13.15. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do pregão eletrônico constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

13.16. A Agente de Contratação poderá fixar prazo a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para o reenvio (uma única vez) do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo Município.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

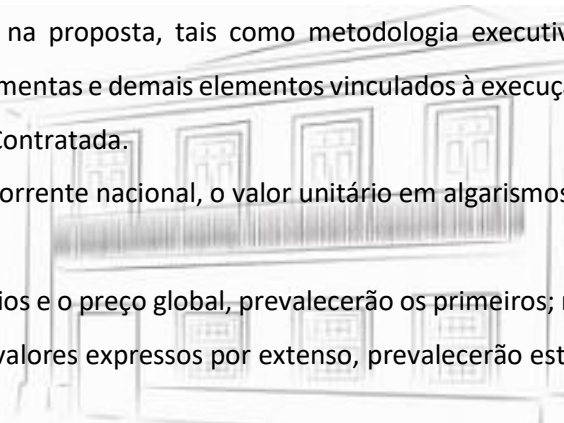
14.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como metodologia executiva, equipe técnica, materiais, peças, equipamentos, ferramentas e demais elementos vinculados à execução contratual e validade mínima de 60 dias, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.





14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade as propostas cujo valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração conforme Lei nº14.133/2021, art. 59, §§ 3º e 4º.

14.7.1. Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, se os custos dos insumos encontram-se compatíveis com a realidade do mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

14.7.1.1. No caso de proposta considerada inexequível será aberto o prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do Agente de Contratação, para o licitante proceder ao envio dos seguintes documentos:

a) Pesquisa de Mercado – que justifique a viabilidade financeira do desconto. Essa pesquisa deve demonstrar que o desconto proposto está alinhado com a realidade do mercado, é competitivo e não comprometerá a sustentabilidade econômica da operação, em conjunto com orçamento oriundo desta pesquisa;

b) Comprovante de Estoque de Material (quando couber ao objeto contratado) – documentos que assegurem a disponibilidade dos insumos necessários para atender à demanda aumentada pelo desconto proposto. Garantir a disponibilidade de estoque é crucial para manter a qualidade e a continuidade dos serviços/produtos ofertados onde justifique valores de insumos de materiais abaixo dos valores de mercado;

c) Nota Fiscal de Serviço Executado Recentemente com o Desconto Oferecido – a inclusão de uma ou mais nota fiscal de serviço executado recentemente com o mesmo desconto proposto ajudará a comprovar a viabilidade e a execução prática da oferta sob condições similares.

d) Contratos Executados ou em execução com Objeto deste Pregão Eletrônico com Desconto Similar – a inclusão de uma ou mais contratos administrativos da administração pública ou iniciativa privada com natureza e desconto similar ao objeto desta licitação.



e) Análise de Soluções Técnicas Escolhidas e/ ou Condições Excepcionalmente favoráveis que o Proponente Disponha para a Prestação dos Serviços (quando couber ao objeto contratado).

14.7.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

14.7.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.7.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.8.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. As manifestações de intenção poderão ocorrer após a habilitação e após o julgamento da proposta, sendo o prazo para apresentação das razões recursais iniciado apenas ao final da sessão, após a declaração da vencedora

15.2. Encerradas as fases de habilitação, abertura das propostas, etapa competitiva de lances, negociação e julgamento, o Agente de Contratação declarará a licitante vencedora e abrirá prazo para manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, por meio do sistema eletrônico.

15.3. Ausência de manifestação imediata e motivada da intenção de recurso importará decadência do direito de recorrer, autorizando o prosseguimento do certame.

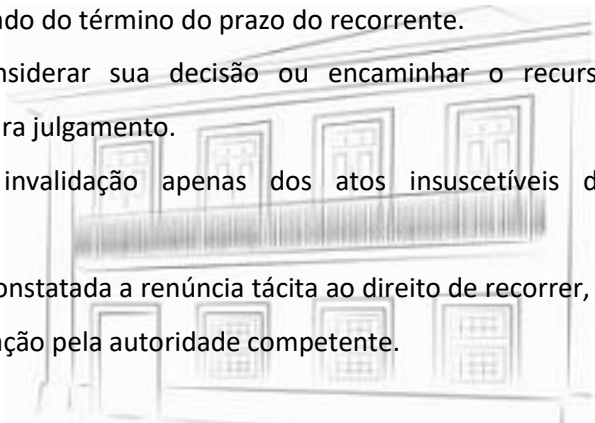
15.4. Admitida a intenção recursal, o recorrente terá prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

15.5. As demais licitantes ficarão automaticamente intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do término do prazo do recorrente.

15.6. O Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso devidamente instruído à autoridade competente para julgamento.

15.7. O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8. Decididos os recursos administrativos, ou constatada a renúncia tácita ao direito de recorrer, o procedimento seguirá para adjudicação e homologação pela autoridade competente.





15.9. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo, sem motivação mínima, por meio diverso do sistema eletrônico ou subscritos por pessoa sem poderes de representação.

15.10. A mera manifestação genérica de inconformismo, desacompanhada da indicação objetiva da matéria recorrida, poderá ser rejeitada de plano, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa e do formalismo moderado.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

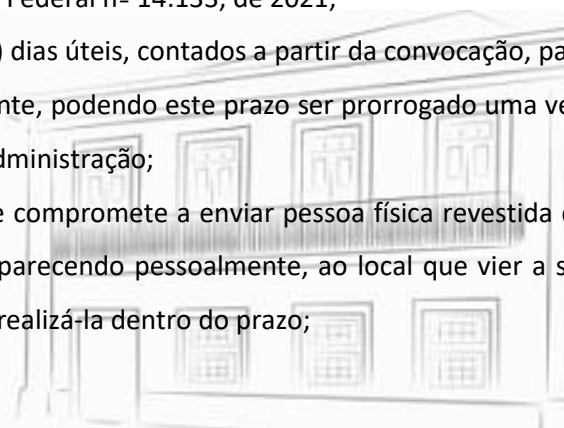
16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

17.2. O licitante vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período mediante justificativa aceita pela Administração;

17.3. Para efeito do item anterior, o contratado se compromete a enviar pessoa física revestida de competência para representá-lo junto a CMCF, comparecendo pessoalmente, ao local que vier a ser designado, ou quando se tratar de assinatura digital, realizá-la dentro do prazo;





17.4. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não efetivar o vínculo contratual ou não apresentar situação regular no ato da efetivação, estará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 com alterações posteriores;

17.5. Nos casos previstos no item anteriores, a Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, observado o direito de preferência para as micro e pequenas empresas, e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao instrumento convocatório, conforme disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.6. Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo os convocados apresentar os Documentos de Habilitação cuja validade tenha se expirado no prazo transcorrido desde a data da primeira sessão;

17.7. Os licitantes remanescentes se obrigam a atender a convocação e efetivar o vínculo contratual, no prazo antes fixado, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades mencionadas neste Edital, no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

18. EXTINÇÃO / RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. Conforme Artigo 138 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a extinção do contrato poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

18.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

18.2.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



18.4. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

18.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

18.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no §2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

18.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.8.1. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.8.2. Indenizações e multas.

18.9. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregado da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão contratual, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA DETENTORA

19.1. As obrigações são as constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital.

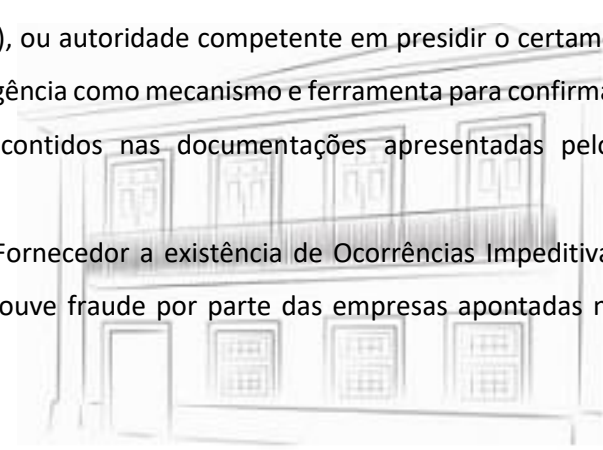
20. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

20.1. As regras das condições para prestação dos serviços, são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS DILIGÊNCIAS E SANEAMENTO

21.1. Sempre que o(a) Agente de Contratação(a), ou autoridade competente em presidir o certame, se esbarrar com alguma dúvida, utilizar-se-á de diligência como mecanismo e ferramenta para confirmar e/ou afastar imprecisões no tocante a dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório;

21.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;





21.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

21.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

21.5. A respeito da vedação à inclusão de novo documento, através das resultantes das diligências aplicadas, será aplicado conforme trata o artigo 64 da nova Lei de Licitação, segundo a interpretação apresentada o Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) conforme redação:

Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

21.6. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº123, de 2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado;

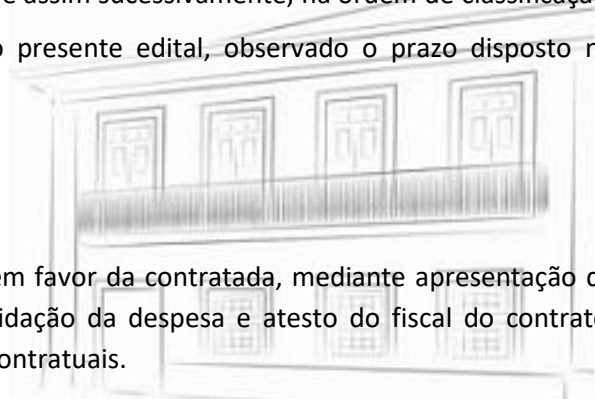
21.6.1. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado



- 21.7. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- 21.8. A tentativa de qualquer tipo de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros; constatada a existência de sanção, o(a) Agente de Contratação(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- 21.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
- 21.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;
- 21.10.1. Será concedido extensão de prazo conforme solicitação prévia antes de findado o prazo inicial disponibilizado, desde com a devida motivação expressa pelo licitante.
- 21.11. As propostas iniciais poderão ser submetidas a análise da equipe técnica demandante para verificação de atendimento à descrição e características exigidas;
- 21.11.1. As descrições contidas nas propostas serão consideradas como os DADOS DETERMINANTES, pois havendo desacordo da marca quanto a descrição, mantendo o interesse público da economicidade contida no menor preço ofertado, será possibilitado as empresas corrigirem o erro de desacordo, sendo a descrição apresentada considerada como a informação correta, e, portanto, possibilitaremos em diligência que as empresas melhor colocadas adequem seu item à descrição contida em sua proposta inicial.
- 21.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 15.7.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em favor da contratada, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, após a regular liquidação da despesa e atesto do fiscal do contrato, observado o efetivo cumprimento das obrigações contratuais.





22.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, da documentação comprobatória da execução dos serviços no período de referência, incluindo, no que couber:

I – relatório técnico mensal consolidado, contendo a descrição detalhada dos serviços preventivos e corretivos realizados;

II – relação dos equipamentos atendidos, com identificação patrimonial quando existente, setor, sala, unidade administrativa ou local de instalação;

III – ordens de serviço atendidas no período;

IV – registro das manutenções preventivas executadas conforme cronograma;

V – registro dos chamados corretivos atendidos, com data de abertura, atendimento e solução;

VI – discriminação detalhada das peças, componentes e materiais empregados, quando houver, com indicação individualizada do equipamento beneficiado;

VII – laudos, checklists, medições, testes operacionais ou documentos técnicos exigidos pela fiscalização;

VIII – atualização do PMOC, quando aplicável;

IX – demais documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência.

22.2.1. O atesto e o pagamento dos itens relacionados à manutenção corretiva, fornecimento de peças, componentes, materiais e serviços eventuais ficarão condicionados à apresentação de relatório técnico individualizado por equipamento atendido, contendo, no mínimo:

I – identificação patrimonial, quando existente;

II – setor, sala ou local de instalação;

III – descrição detalhada do defeito constatado;

IV – descrição dos serviços executados;

V – relação das peças e componentes substituídos;

VI – data da intervenção;

VII – identificação do técnico responsável;

VIII – número da respectiva ordem de serviço.

22.2.2. A ausência das informações previstas no item anterior impedirá o atesto da despesa e a liquidação do pagamento correspondente.

22.2.3. Sempre que houver necessidade de substituição de peças ou componentes, a execução do serviço corretivo dependerá de avaliação prévia da fiscalização contratual, podendo a Administração realizar conferência dos valores apresentados pela contratada, inclusive com auxílio da equipe responsável pela pesquisa de preços da Câmara Municipal de Cabo Frio, como mecanismo de controle destinado à prevenção de sobrepreço e à verificação da compatibilidade dos valores praticados com os preços de mercado.

22.2.4. A mera apresentação de nota fiscal, orçamento, cotação ou comprovante de aquisição de peça, componente ou material não gera direito automático ao reembolso ou pagamento, permanecendo a liquidação da despesa condicionada à comprovação da efetiva necessidade técnica da substituição, compatibilidade dos valores praticados com os preços de mercado, autorização prévia da fiscalização contratual e efetiva aplicação no equipamento atendido.

22.3. O pagamento somente será devido em relação aos serviços efetivamente executados e devidamente comprovados, vedado o pagamento por serviços não realizados, parcialmente executados, não atestados ou em desacordo com as especificações contratuais.



22.4. O fornecimento de peças e componentes observará os limites e critérios estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, devendo sua utilização estar expressamente demonstrada no relatório mensal e validada pela fiscalização.

22.5. Constatada qualquer inconsistência, divergência, ausência documental, erro de faturamento ou pendência na execução contratual, a Administração poderá:

I – devolver a Nota Fiscal para correção;

II – suspender o prazo de pagamento até saneamento integral;

III – realizar glosa dos valores indevidos;

IV – reter parcela correspondente ao objeto não executado ou irregular.

22.6. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo regular da Nota Fiscal/Fatura devidamente instruída e após o atesto do fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente.

22.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, crédito em conta corrente indicada pela contratada, devendo a titularidade da conta corresponder à da pessoa jurídica contratada.

22.8. Para fins de pagamento, a contratada deverá manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista e demais condições de habilitação exigidas no certame, podendo a Administração promover consultas aos sistemas oficiais competentes.

22.9. Verificada irregularidade fiscal ou documental superveniente, a contratada será notificada para regularização no prazo legal ou razoável fixado pela Administração, sem prejuízo da suspensão do pagamento até a devida regularização, quando cabível.

22.10. Eventuais pagamentos indevidos realizados em favor da contratada sujeitarão à compensação nas faturas subsequentes ou à restituição administrativa, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

22.11. Havendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, após o vencimento do prazo previsto neste item, incidirá atualização financeira na forma da legislação aplicável.

22.12. Nenhum pagamento será interpretado como aceitação definitiva dos serviços executados, permanecendo íntegros os poderes de fiscalização, glosa, correção e responsabilização da contratada por vícios, falhas ou irregularidades constatadas posteriormente.

23. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

23.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos administrativos, o objeto será adjudicado à licitante vencedora e o processo encaminhado à autoridade competente para homologação, após o que será formalizado o respectivo instrumento contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. A Câmara Municipal de Cabo Frio convocará a adjudicatária para assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo referido prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

23.3. A convocação para assinatura poderá ocorrer por meio físico, eletrônico, correio eletrônico institucional, sistema oficial ou outro meio idôneo que comprove a ciência da contratada.



23.4. O contrato poderá ser assinado presencialmente ou por assinatura eletrônica válida, nos termos da legislação vigente.

23.5. O prazo inicial de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições legais, até o limite admitido no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.6. A prorrogação dependerá, dentre outros requisitos:

I – interesse público devidamente motivado;

II – execução satisfatória do contrato;

III – manutenção da vantajosidade econômica;

IV – existência de dotação orçamentária;

V – concordância das partes, quando exigível;

VI – manutenção das condições de habilitação da contratada.

23.7. A execução dos serviços terá início após emissão da Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou instrumento equivalente expedido pela Administração.

23.8. A contratada deverá disponibilizar canais formais de atendimento para abertura de chamados técnicos, comunicação operacional e acompanhamento contratual, conforme previsto no Termo de Referência.

23.9. Constituem condições para assinatura e manutenção do contrato:

I – regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

II – manutenção das condições de habilitação exigidas no certame;

III – inexistência de sanção impeditiva de contratar com o Poder Público;

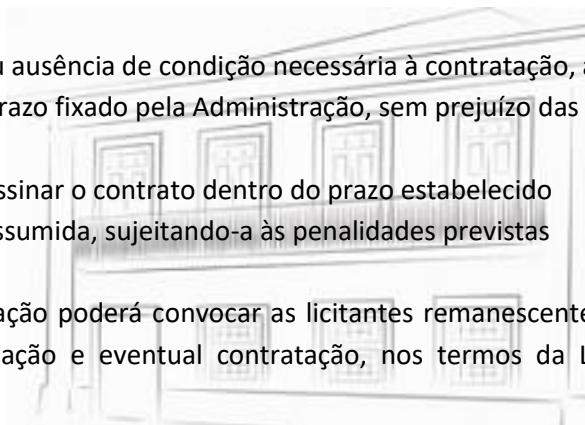
IV – indicação de preposto responsável pela execução contratual;

V – apresentação de documentos complementares eventualmente exigidos no edital ou Termo de Referência.

23.10. Constatada irregularidade superveniente ou ausência de condição necessária à contratação, a adjudicatária será notificada para saneamento no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

23.11. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital, no contrato e na legislação aplicável.

23.12. Na hipótese do item anterior, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação e eventual contratação, nos termos da Lei nº14.133/2021.





23.13. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses legalmente previstas, observando-se especialmente os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.14. As alterações quantitativas ou qualitativas dependerão de justificativa técnica, motivação administrativa e formalização por termo aditivo, quando exigível.

23.15. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), competindo-lhe(s):

I – acompanhar a execução dos serviços;

II – atestar medições e documentos;

III – registrar ocorrências;

IV – determinar correções necessárias;

V – propor aplicação de penalidades, quando cabível;

VI – zelar pelo fiel cumprimento contratual.

23.16. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá manter equipe técnica apta, estrutura operacional compatível, materiais adequados e capacidade de atendimento suficiente ao regular cumprimento do objeto.

23.17. A eventual substituição de responsável técnico ou preposto dependerá de comunicação prévia e aceitação da Administração, quando aplicável.

23.18. Encerrada a vigência contratual, ou em caso de extinção antecipada, a contratada deverá colaborar com a transição operacional, fornecendo informações técnicas, histórico de manutenções, relatórios e demais elementos necessários à continuidade dos serviços, sem ônus adicional quando decorrente de obrigação contratual ordinária.

23.19. Integram o futuro contrato, independentemente de transcrição:

I – este Edital;

II – o Termo de Referência e anexos;

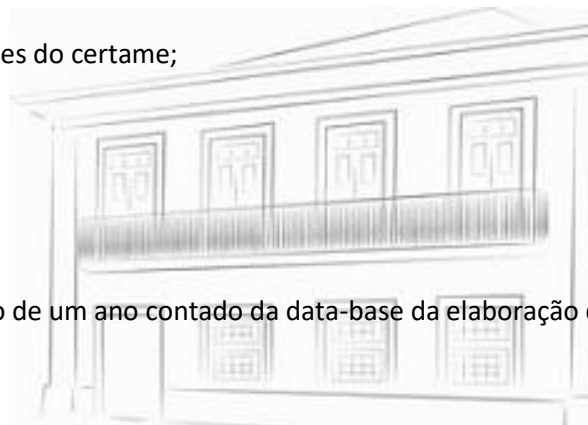
III – a proposta vencedora;

IV – eventuais esclarecimentos e decisões vinculantes do certame;

V – a legislação aplicável.

24. DO REAJUSTE

24.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data-base da elaboração do orçamento estimado.





24.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.7. O realinhamento de que trata o parágrafo anterior será deliberado pela Administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento, e nunca de forma retroativa.

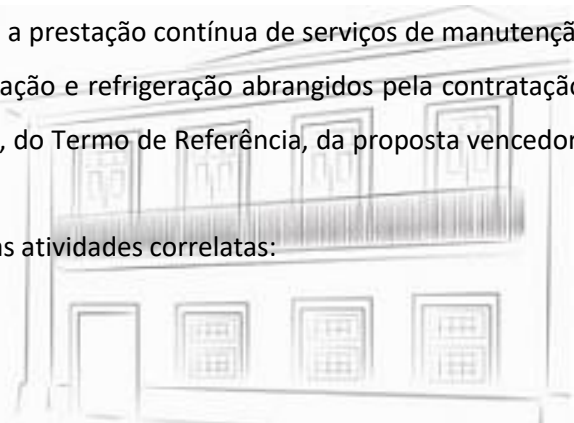
24.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

25. EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

25.1. A execução do objeto contratual compreenderá a prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização e refrigeração abrangidos pela contratação, observadas integralmente as disposições deste Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e do futuro contrato.

25.2. Integram o escopo da contratação, dentre outras atividades correlatas:

- I – inspeções técnicas periódicas;
- II – manutenção preventiva programada;
- III – manutenção corretiva mediante chamado;





IV – diagnóstico e identificação de falhas;

V – limpeza técnica, regulagens e testes operacionais;

VI – substituição de peças, componentes e materiais necessários;

VII – instalação e remoção de equipamentos, quando demandado;

VIII – atualização de registros técnicos e controles operacionais;

IX – execução e acompanhamento do PMOC, quando aplicável;

X – demais atividades necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

25.3. Os serviços preventivos deverão ser executados conforme cronograma aprovado pela fiscalização contratual, de forma a minimizar impactos às rotinas administrativas da Câmara Municipal de Cabo Frio.

25.4. Os serviços corretivos serão executados sempre que houver solicitação da Administração, mediante abertura de chamado por meio físico, eletrônico, telefônico ou outro canal oficialmente definido.

25.5. A contratada deverá observar os prazos de atendimento e solução estabelecidos no Termo de Referência, considerando a natureza da ocorrência, grau de urgência, criticidade do equipamento e impacto na continuidade das atividades administrativas.

25.6. Todo atendimento realizado deverá ser registrado em ordem de serviço, relatório técnico ou documento equivalente, contendo, no mínimo:

I – data e horário do chamado;

II – data e horário do atendimento;

III – identificação patrimonial do equipamento, quando existente;

IV – setor, sala ou local de instalação;

V – descrição detalhada da falha constatada;

VI – descrição dos serviços executados;

VII – peças, componentes e materiais empregados;

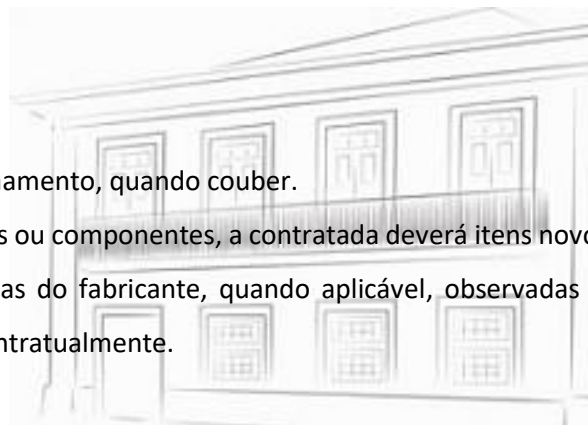
VIII – conclusão do atendimento;

IX – identificação do técnico executor;

X – número da ordem de serviço correspondente;

XI – ciência do servidor responsável pelo acompanhamento, quando couber.

25.7. Sempre que necessária a substituição de peças ou componentes, a contratada deverá itens novos, compatíveis e adequados às especificações técnicas do fabricante, quando aplicável, observadas as normas técnicas aplicáveis e os limites previstos contratualmente.





25.7.1. A substituição de peças ou componentes dependerá de prévia avaliação e autorização da fiscalização contratual, podendo a Administração proceder à conferência dos valores apresentados pela contratada, inclusive mediante apoio da equipe responsável pelas pesquisas de preços do órgão, com a finalidade de aferir a compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado e prevenir eventual sobrepreço.

25.8. É vedada a utilização de peças usadas, reconcondicionadas, remanufaturadas ou incompatíveis, salvo autorização expressa e justificada da Administração, quando legalmente admissível.

25.9. A contratada responderá integralmente pela guarda, integridade e conservação dos equipamentos sob intervenção técnica durante a execução dos serviços.

25.10. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, devidamente identificados e equipados, observando-se as normas de segurança do trabalho, legislação ambiental e demais exigências técnicas pertinentes.

25.11. A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, com vícios de qualidade, impropriedades técnicas ou resultado insatisfatório, hipótese em que a contratada deverá refazê-los ou corrigi-los sem ônus adicional.

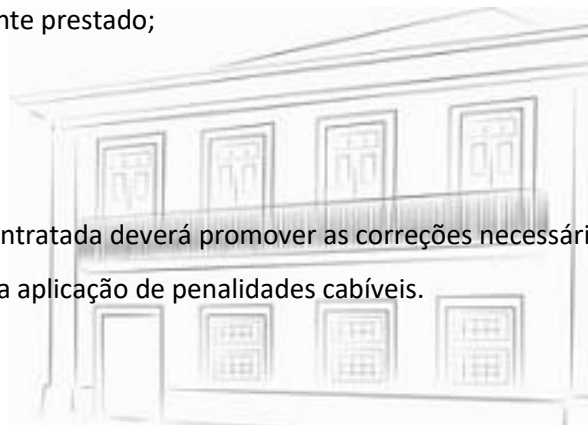
25.12. O recebimento provisório ocorrerá pelo fiscal do contrato ou servidor designado, mediante verificação inicial da execução dos serviços, consistindo na conferência quantitativa e formal da prestação realizada no período.

25.13. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica da conformidade dos serviços executados, verificação do adequado funcionamento dos equipamentos atendidos e validação da documentação exigida, no prazo previsto no Termo de Referência ou contrato.

25.14. Não será considerado aceito o objeto quando constatadas:

- I – falhas na execução;
- II – reincidência de defeitos não sanados;
- III – divergência entre relatório e serviço efetivamente prestado;
- IV – uso indevido de peças ou materiais;
- V – ausência de documentação obrigatória;
- VI – descumprimento de prazos contratuais.

25.15. Na hipótese de rejeição total ou parcial, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.





25.16. O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, falhas supervenientes ou defeitos constatados posteriormente, nem gera direito automático ao pagamento sem observância das condições previstas no item próprio deste Edital.

25.17. A contratada deverá assegurar a continuidade da execução contratual durante todo o período de vigência, inclusive em transições operacionais, substituição de equipe, intercorrências técnicas ou eventos supervenientes previsíveis.

25.18. A aceitação parcial, provisória ou definitiva não limita o poder de fiscalização da Administração, que poderá, a qualquer tempo, apurar inconformidades e exigir saneamento imediato.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

26.1. Comete infração administrativa nos termos do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 a CONTRATADA que:

26.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

26.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

26.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para certame;

26.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

26.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

26.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

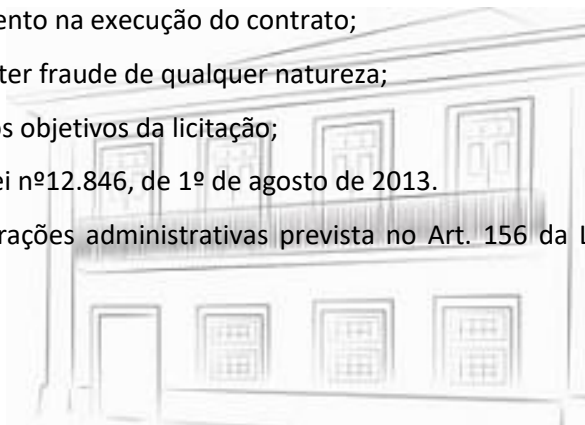
26.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

26.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.1.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas prevista no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;





III – Impedimento de Licitar e Contratar;

IV – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar.

26.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

26.3. Sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar pena mais grave.

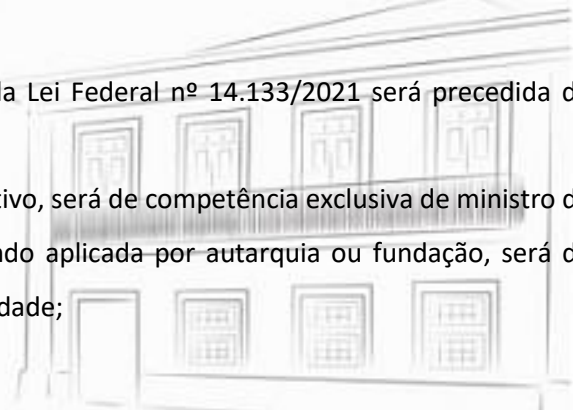
26.4. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverá ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

26.5. Será aplicado a sanção de impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos no ente federativo ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

26.6. Será aplicado a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar de 03 (três) até 06 (seis) anos em todos os entes federativos ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidades mais grave.

26.7. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

26.7.1. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;





26.7.2. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no subitem na forma do regulamento.

26.8. As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade de licitar e contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

26.9. Em casos em que a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

26.10. A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

26.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

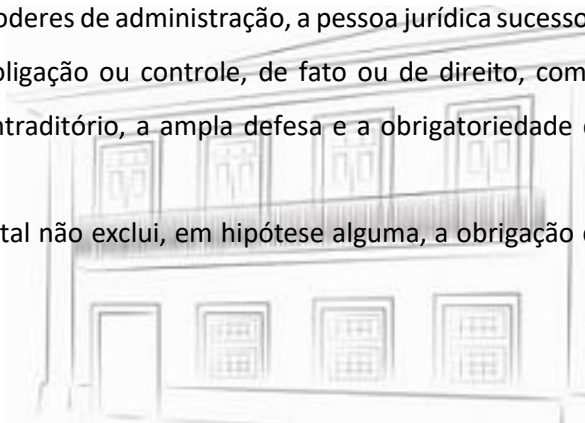
26.12. A aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

26.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Nova Lei de Licitações ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

26.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

27. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO





27.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

27.2. Para fins de classificação, será considerada vencedora a licitante que, atendidas todas as exigências de habilitação, técnica, jurídica, fiscal, econômico-financeira e de conformidade da proposta, apresentar o menor valor global final após a etapa competitiva de lances e eventual negociação.

27.2.1. Para fins operacionais da plataforma eletrônica, a disputa ocorrerá por item, permanecendo, contudo, o julgamento e a adjudicação vinculados ao menor valor global consolidado do lote único.

27.3. O critério de menor preço global justifica-se pela natureza integrada do objeto, que compreende prestação continuada de serviços de manutenção preventiva e corretiva, climatização, refrigeração, fornecimento eventual de peças e componentes, instalação, remoção e atividades correlatas, cuja execução coordenada recomenda contratação unitária, visando:

- I – ganho de escala administrativa;
- II – centralização da responsabilidade contratual;
- III – maior eficiência operacional;
- IV – padronização do atendimento técnico;
- V – simplificação da fiscalização contratual;
- VI – economicidade global da contratação.

27.4. Não será admitido fracionamento artificial do objeto que comprometa sua funcionalidade, eleve custos administrativos ou dificulte a adequada gestão contratual.

27.5. O julgamento observará o valor global apresentado pela licitante, sem prejuízo da análise individual dos itens da planilha de composição de custos, quando exigida, para fins de verificação de exequibilidade, coerência econômica e compatibilidade com os preços de mercado.

27.6. Poderão ser desclassificadas as propostas que:

- I – apresentem preço global superior ao valor estimado máximo admitido pela Administração, quando assim definido no edital;
- II – revelem inexecuibilidade manifesta;
- III – contenham preços unitários incompatíveis capazes de comprometer a execução contratual;
- IV – apresentem composição inconsistente, simbólica, irrisória ou inexata;
- V – contrariem as especificações técnicas do objeto.

27.7. A mera existência de preços unitários reduzidos não ensejará, por si só, desclassificação automática, devendo a Administração avaliar o conjunto da proposta, a viabilidade econômica global e a capacidade de execução da licitante.

27.8. Verificada aparente inexecuibilidade, será oportunizada diligência à licitante para comprovação da viabilidade da proposta, mediante apresentação de documentos, planilhas, contratos similares, notas fiscais, metodologia operacional, composição de custos ou outros elementos idôneos.

27.9. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, buscando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

27.10. Persistindo empate entre duas ou mais propostas após os lances, serão observados os critérios legais de desempate previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível.

27.11. A classificação final somente produzirá efeitos após a análise definitiva de aceitabilidade da proposta, eventual diligência, julgamento de recursos e homologação pela autoridade competente.

27.12. O julgamento pelo menor preço global não afasta a obrigatoriedade de execução integral do objeto contratado, nos padrões de qualidade exigidos, sendo vedada posterior redução qualitativa em razão do preço ofertado.



28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;
- 28.2. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;
- 28.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Agente de Contratação(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 28.5. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa;
- 28.5.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo decretação de feriado ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada, e deverá ser publicada nova data e horário nos mesmos canais de publicidade anteriormente vinculadas;
- 28.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Câmara Municipal de Cabo Frio/RJ;
- 28.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da agilidade, eficiência, e do interesse público;
- 28.8. Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos;
- 28.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 28.10. A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação;
- 28.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do(a) Agente de Contratação(a) e da Equipe de Apoio;



28.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <https://cabofrio.legislativomunicipal.com/portalconpras>, www.licitanet.com.br, e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

28.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

28.14. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

28.15. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

28.16. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a(o) Pregoeira(o) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

28.17. Apresentar a Declaração Única que é emitida pelo Sistema da Plataforma Licitanet, desde que o licitante não deixe de assinalar o campo próprio.

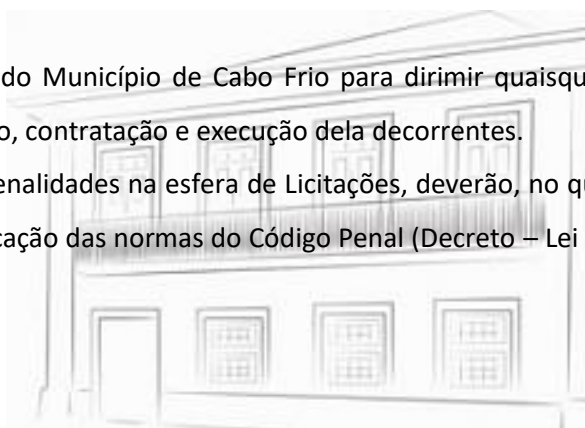
28.18. Os licitantes deverão acompanhar os atos pelo sistema através de seu acesso e sempre que necessário, deverão se comunicar por chat ou e-mail o não atendimento de alguma exigência ou cumprimento de prazo pelo(a) Agente de Contratação(a), poderá acarretar na desclassificação do mesmo.

28.19. As Empresas que se cadastrarem, participarem da fase de lances, encaminharem suas propostas e depois declinarem da mesma ou simplesmente abandonam o processo, ocasionando atraso e prejuízo na execução dos atos licitatórios, estarão sujeitas a aplicações de sanções, através de abertura de Processo Administrativo para apuração dos fatos, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa. (Acórdão nº2132/2021 PLENÁRIO – “No pregão eletrônico a desistência de proposta somente pode ocorrer até a abertura da sessão pública”).

28.20. Fica designado como competente, o Foro do Município de Cabo Frio para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

28.21. No que tange às aplicações de sanções e Penalidades na esfera de Licitações, deverão, no que couber, serem observadas, subsidiariamente a aplicação das normas do Código Penal (Decreto – Lei nº 2.848/1940).

29. ANEXOS





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
**Câmara
Municipal de
Cabo Frio**

Avenida Assunção, 760
Centro – Cabo Frio – RJ
CEP: 28906-200 | Tel.: (22) 3031-9469
www.cabofrio.rj.leg.br

29.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – MODELO DE VISITA TÉCNICA OU NÃO VISITA

ANEXO IV – MINUTA CONTRATO

Cabo Frio, 14 de maio de 2026

Amanda da Matta Berger

Diretora Executiva de Compras e Licitação

